

Hyderabad, 8 de novembro de 2016

Comunicado do GAC — Hyderabad, Índia ¹¹

I. Introdução

O GAC (Governmental Advisory Committee, Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais) da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números) se reuniu em Hyderabad, na Índia, de 3 a 10 de novembro de 2016.

Sessenta e seis (66) membros do GAC e seis (6) observadores participaram do encontro.

O encontro do GAC foi realizado como parte do ICANN57. Todas as sessões de plenária do GAC e de Grupos de Trabalho foram realizadas como encontros abertos.

II. Atividades entre os grupos constituintes e envolvimento da comunidade

Encontro com a Diretoria da ICANN

O GAC se reuniu com a Diretoria da ICANN e debateu sobre:

- O momento em que a Diretoria enviou sua resposta para os conselhos incluídos no Comunicado de Helsinque do GAC.
- A necessidade de trabalhar em direção a um entendimento comum das respectivas funções do GAC e da Diretoria.
- Códigos de países com dois caracteres no segundo nível.
- Proteções de OGI.
- Proteção da Cruz Vermelha/Crescente Vermelho/Cristal Vermelho.
- Medidas para incentivar a diversidade de participações em todo o trabalho de desenvolvimento de políticas da ICANN.
- O relatório encomendado pelo Conselho Europeu sobre as solicitações de gTLDs da comunidade.
- Leilão do ponto web.

¹ Para acessar conselhos anteriores do GAC sobre estes ou outros assuntos, os últimos comunicados do GAC estão disponíveis em: <https://gacweb.icann.org/display/GACADV/GAC+Communiques>

Encontro com a Organização de Apoio a Nomes Genéricos (GNSO)

O GAC reuniu-se com membros do Conselho da GNSO e debateu sobre:

- O relatório final de status do Grupo de Consulta do GAC-GNSO sobre a participação antecipada do GAC no Desenvolvimento de Políticas. O GAC observou as recomendações do relatório e trabalhará com a GNSO na implementação delas.
- Os atuais processos de desenvolvimento de políticas com possíveis implicações em políticas públicas.
- A necessidade de resolver os problemas antigos de proteções permanentes para nomes e acrônimos de Organizações Intergovernamentais e de identificadores da Cruz Vermelha/Crescente Vermelho/Cristal Vermelho. Foi acordado que uma solução exige o envolvimento do GAC, da GNSO e da Diretoria da ICANN.

Encontro com a Organização de Apoio a Nomes de Domínio com Código de País (ccNSO)

O GAC reuniu-se com membros do Conselho da ccNSO e debateu sobre:

- Uma proposta de Processo de Desenvolvimento de Políticas da ccNSO sobre a retirada e a revisão de ccTLDs.
- O relatório final do Grupo de Trabalho Entre Comunidades sobre o Uso de Nomes de Países e Territórios.
- O relatório mais recente sobre o Painel de Revisão de Similaridade do Processo Estendido.

Encontro com o ALAC (Comitê Consultivo At-Large)

O GAC se reuniu com o ALAC e debateu sobre:

- O desenvolvimento de políticas para novos gTLDs futuros, incluindo solicitações da comunidade e a Revisão de CCT.
- Questões de diversidade.
- A implementação do novo Estatuto da ICANN com relação à Comunidade Empoderada.
- O programa de treinamento de liderança da ICANN Academy.

Tópicos de maior interesse

Os membros do GAC participaram ativamente em uma série de sessões entre a comunidade sobre os tópicos de maior interesse realizadas como parte do ICANN57. Os Grupos de Trabalho sobre Segurança Pública e Regiões Menos Favorecidas realizaram reuniões com uma grande participação sobre a mitigação de abuso em gTLDs, atividades relacionadas ao WHOIS e regiões menos favorecidas. O GAC participará dos processos subsequentes relevantes conforme apropriado.

Divulgação

O GAC agradece aos governos da Índia e do Estado de Telangana por proporcionar oportunidades preciosas de divulgação para os membros do GAC nesse encontro.

Envolvimento do GAC com a comunidade

O GAC aprecia as oportunidades de se reunir com partes interessadas nos encontros da ICANN ou fora deles. No entanto, as reuniões presenciais do GAC são agendadas com bastante antecedência, e agradeceríamos se as solicitações de reunião fossem apresentadas ao presidente do GAC e à Secretaria o quanto antes possível para permitir que a agenda do GAC atenda a todos os interesses.

III. Assuntos internos

1. Novos membros

O GAC deu as boas-vindas ao Nepal como seu novo membro. Com isso, o GAC conta no total com 170 membros e 35 observadores.

2. Eleições do GAC

O GAC reelegeram como presidente, por aclamação, Thomas Schneider (Suíça). O GAC

elegeu os seguintes vice-presidentes:

Guo Feng (China),

Manal Ismail (Egito)

Ghislain De Salins (França)

Milagros Castañón Seoane (Peru),
Mark Carvell (Reino Unido)

Os novos vice-presidentes darão início a seus mandatos no fim do encontro de Copenhague.

3. Grupo de Trabalho de Implementação de Recomendações do GAC e da Diretoria (BGRI-WG)

O BGRI se reuniu e debateu a continuação do trabalho sobre:

- O que constitui um conselho do GAC.
- A clareza de conselhos do GAC.
- Um debate regular pós-Comunicado entre a Diretoria e o GAC.

4. Grupos de Trabalho do GAC: Atualizações conforme comunicadas ao GAC

Grupo de Trabalho de Segurança Pública: O PSWG (Public Safety Working Group, Grupo de Trabalho sobre Segurança Pública) deu continuidade ao seu envolvimento com a comunidade e diversas iniciativas da ICANN.

Os membros do PSWG participaram em reuniões da Equipe de Revisão de CCT (Competition, Consumer Trust and Consumer Choice, Concorrência, Confiança e Escolha do Consumidor), do Grupo de Trabalho de Serviços de Diretório de Registro, da Equipe de Revisão de Implementação de PPSAI (Privacy & Proxy Services Accreditation Issues, Problemas no Credenciamento de Serviços de Privacidade e Proxy) e da Equipe Redatora da Estrutura de Segurança.

O PSWG desenvolverá recomendações para o GAC na área de cadeias de caracteres delicadas e proteção infantil on-line; continuará o debate sobre as diretrizes operacionais do Grupo de Trabalho; continuará participando em atividades de divulgação e desenvolvimento de capacidades; e realizará reuniões quinzenais para auxiliar no trabalho entre as sessões.

Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Direito Internacional: O HRILWG (Human Rights International Law Working Group, Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Direito Internacional) recebeu uma atualização do Relator do Subgrupo do CCWG sobre o desenvolvimento de uma Foi (Framework of Interpretation, Estrutura de Interpretação) do Valor Essencial de Direitos Humanos incluído no Estatuto que entrou em vigor em 1 de outubro de 2016. O HRILWG pretende preparar uma contribuição do GAC para a consulta pública sobre a versão preliminar da Foi planejada para fevereiro. O HRILWG solicita maior participação dos membros do GAC e Observadores neste trabalho entre comunidades. Por fim, o HRILWG concordou em endossar o trabalho dos copresidentes do HRILWG em ajudar o Relator do Subgrupo do CCWG em

atuar como representante no Grupo de Trabalho da ONU sobre a questão dos direitos humanos e em corporações transnacionais, entre outras empresas, com o objetivo de buscar a opinião embasada delas sobre a solicitação enviada à ICANN dos Princípios Norteadores da ONU Sobre Negócios e Direitos Humanos. As informações foram fornecidas pelo Reino Unido no relatório do Conselho Europeu "Applications to ICANN for Community-based New Generic Top Level Domains (gTLDs): Opportunities and challenges from a Human Rights Perspective" ("Solicitações enviadas à ICANN para novos gTLDs [generic Top Level Domains, Domínios Genéricos de Primeiro Nível] baseados na comunidade: oportunidades e desafios do ponto de vista dos direitos humanos") (consulte <http://www.coe.int/en/web/freedom-expression/coe-icann>).

O Conselho Europeu enviará o relatório para o Grupo de Trabalho de PDP de Procedimentos Subsequentes de Novos gTLDs e à Equipe de Revisão de CCT para que ele seja considerado.

O HRILWG recebeu uma atualização sobre o trabalho da Equipe de Trabalho Entre Comunidades sobre a Responsabilidade Corporativa e Social de Respeitar os Direitos Humanos.

Grupo de Trabalho sobre Regiões Menos Favorecidas: O Grupo de Trabalho de URS (Underserved Regions, Regiões Menos Favorecidas) do GAC realizou uma sessão de desenvolvimento de capacidades para a Ásia-Pacífico no ICANN57 com a participação gentil da Diretoria da ICANN, CEO, das equipes de GE (Government Engagement, Participação de Governos) e de GSE (Global Stakeholder Engagement, Participação Global de Partes Interessadas) da ICANN, de membros e do presidente do GAC.

Os copresidentes do Grupo de Trabalho receberam as sugestões da comunidade sobre o plano de trabalho e, em particular, a necessidade de compreender os desafios e a demanda de capacidades dos membros das regiões menos favorecidas. Os membros da comunidade concordaram que é importante alocar os recursos necessários para promover a diversidade e uma participação significativa de partes interessadas das regiões menos favorecidas.

Grupo de Trabalho do GAC para Examinar a Proteção de Nomes Geográficos em Futuras Expansões de gTLDs: O Grupo de Trabalho se reuniu durante o ICANN57 e debateu sobre um novo texto para "Práticas Recomendadas", que inclui a proposta de criar um repositório de nomes, fazer referência a um processo de verificações e os procedimentos associados para os solicitantes e outras partes envolvidas no processo. O Grupo de Trabalho recebeu comentários e está aberto a mais feedback, com o objetivo de compartilhar uma nova versão com o Grupo de Trabalho antes de fazer uma apresentação para todo o GAC para o próximo encontro da ICANN.

Grupo de Trabalho do GAC para Examinar a participação do GAC no NomCom: O Grupo de Trabalho se reuniu durante o ICANN57 e apresentou um novo texto para os "Critérios do GAC" para o NomCom que deverão ser considerados durante a seleção de candidatos para posições de liderança da ICANN. Os membros do GAC sugeriram alterações no texto. O Grupo de Trabalho recebeu comentários e está aberto a mais feedback, com o objetivo de compartilhar uma nova

versão com o Grupo de Trabalho antes de fazer uma apresentação para todo o GAC para o próximo encontro da ICANN.

5. Participação do GAC no NomCom

Argentina, Brasil, Burundi, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Irã, França, Nigéria, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela fizeram uma declaração solicitando que o GAC indicasse um representante para ser o representante sem direito de voto no NomCom, o que pode ser acomodado na atual estrutura do NomCom. Foi acordado que essa solicitação será considerada pelo GAC.

6. Secretaria independente

O GAC reafirmou seu ponto de vista de que uma secretaria sustentável, independente, responsável e transparente é essencial para que o GAC consiga realizar suas funções. As fontes para os fundos serão exploradas com o objetivo de continuar investindo em uma secretaria independente após a expiração do atual contrato com o ACIG em julho de 2017.

Lamentando o fato de que Tracey Hind deixará seu cargo com o ACIG, o provedor da secretaria independente do GAC, o GAC manifestou seu profundo reconhecimento e agradecimento a ela pelo excelente serviço prestado e desejou a ela muito sucesso no futuro.

IV. Transição da Administração da IANA e Aprimoramento da Responsabilidade da ICANN

O GAC ressalta a conclusão do processo para a transição da administração da função da IANA para a comunidade de múltiplas partes interessadas e manifesta seu agradecimento a todas as partes envolvidas pelo trabalho que foi realizado.

O GAC está trabalhando em uma série de medidas para implementar o Estatuto da ICANN que entrou em vigor em 1 de outubro de 2016. Elas incluem o fornecimento de conselhos do GAC à Diretoria; indicações do GAC para órgãos externos; e procedimentos e condições para a participação do GAC na Comunidade Empoderada.

Os membros do GAC continuarão participando das atividades da Linha de Trabalho 2 do CCWG-Responsabilidade, e o GAC espera que esse trabalho seja concluído em tempo hábil.

V. Outros assuntos

1. Equipe de Revisão de CCT (Concorrência, Confiança e Escolha do Consumidor)

O presidente da Equipe de Revisão de CCT (Competition, Consumer Trust and Consumer Choice, Concorrência, Confiança e Escolha do Consumidor), bem como seus membros que fazem parte do GAC, apresentaram um resumo do trabalho realizado.

O GAC revisará a pesquisa feita até o momento e aguardará a oportunidade de responder a um relatório preliminar no momento certo.

2. Novos gTLDs: assuntos importantes sobre políticas

O GAC debateu sobre assuntos específicos de políticas relevantes para possíveis lançamentos futuros de novos gTLDs, inclusive:

- a. Solicitações de gTLDs baseados na comunidade. O GAC observou o lançamento de um relatório encomendado pelo Conselho Europeu sobre: "Applications to ICANN for Community-Based New Generic Top Level Domains (gTLDs): Opportunities and challenges from a Human Rights Perspective" ("Solicitações enviadas à ICANN para novos gTLDs [generic Top Level Domains, Domínios Genéricos de Primeiro Nível] baseados na comunidade: oportunidades e desafios do ponto de vista dos direitos humanos"). O GAC considerará o relatório tendo em vista o seu uso na comunidade como uma contribuição para o trabalho de desenvolvimento de políticas para novos gTLDs.
- b. Apoio para solicitantes de países em desenvolvimento.
- c. Categorias para novos gTLDs.
- d. Nomes reservados, incluindo nomes geográficos.
- e. Nomes de Domínio Internacionalizados.

3. Revisão do Centro de Informações de Marcas

O Grupo de Análise apresentou um resumo ao GAC em um relatório sobre o Centro de Informações de Marcas. O GAC considerará o relatório em detalhes, bem como o resultado do processo de comentários públicos, no contexto do desenvolvimento de futuras políticas para gTLDs.

4. Leilão do ponto web

O GAC está ciente das preocupações relacionadas ao TLD ponto web. O GAC gostaria que a comunidade fosse mantida totalmente a par dos acontecimentos desse caso, a fim de manter a

transparência.

5. Proteção de nomes e acrônimos de OGIs

O GAC observa a carta do secretário geral da ONU para ministros com relação ao desenvolvimento de políticas na ICANN relacionadas ao possível uso não autorizado de nomes e acrônimos de OGIs no Sistema de Nomes de Domínio da Internet. Nesse aspecto, o GAC reitera sua preocupação com relação ao problema apresentado pelo secretário geral da ONU.

6. Uso de códigos de países ISO de três letras como TLDs

Além do Comunicado do GAC de Helsinque, o GAC continuou seu debate sobre o uso de códigos de países de três letras como possíveis TLDs. Os debates continuarão no GAC.

IV. Conselhos do GAC para a Diretoria²

Os itens de conselho a seguir do GAC para Diretoria foram elaborados com base no consenso conforme definido no Estatuto da ICANN.

1. Políticas e procedimentos de futuros gTLDs: processo e cronograma

a. O GAC aconselha a Diretoria da ICANN:

- I. O GAC reitera seu conselho incluído no Comunicado de Helsinque com relação ao processo e ao cronograma para o desenvolvimento de políticas e procedimentos de futuros gTLDs.

JUSTIFICATIVA

A justificativa para esse conselho é a mesma incluída no Comunicado do GAC de Helsinque, à qual o GAC ainda não recebeu nenhuma resposta da Diretoria.

² Para acompanhar o histórico e o progresso dos conselhos do GAC à Diretoria, visite o registro on-line de conselhos do GAC, disponível em:
<https://gacweb.icann.org/display/GACADV/GAC+Register+of+Advice>

2. Mitigação de abusos de nomes de domínio

a. O GAC aconselha a Diretoria da ICANN:

- I. A fornecer respostas por escrito para as perguntas listadas no Anexo 1 deste Comunicado com até cinco semanas de antecedência do 58º encontro da ICANN em Copenhague.

JUSTIFICATIVA

O GAC endossou anteriormente as recomendações relacionadas à execução de verificações feitas por organismos encarregados pela fiscalização legal³.

Embora o RAA de 2013⁴ tenha abordado a maior parte dessas recomendações referentes a registradores, o GAC está agora buscando mais informações sobre a implementação de algumas dessas disposições do RAA.

O GAC gostaria de compreender melhor como a ICANN está usando os recursos de relatórios de abuso do DNS disponíveis publicamente e busca informações específicas sobre o trabalho da ICANN para estabelecer esses padrões de desempenho e geração de relatórios de abuso.

3. Códigos de países/territórios com duas letras no segundo nível

a. O GAC aconselha a Diretoria da ICANN:

- I. Indicar claramente se as ações tomadas pela Diretoria conforme mencionadas na resolução adotada em 8 de novembro de 2016 são totalmente consistentes com o conselho do GAC apresentado no Comunicado de Helsinque.
- II. Sempre comunicar no futuro a posição da Diretoria com relação aos conselhos do GAC sobre qualquer assunto em tempo hábil, antes de adotar qualquer medida diretamente relacionada a um conselho.

³ As [recomendações relacionadas à execução de verificações feitas por organismos encarregados pela fiscalização legal](#) foram mencionadas em diversos Comunicados do GAC: Nairóbi (2010), Bruxelas (2010), Cingapura (2011) e Dakar (2011)

⁴ <https://www.icann.org/resources/board-material/resolutions-2013-06-27-en#2.b>

JUSTIFICATIVA

A Diretoria aprovou uma resolução sobre essa questão em sua reunião de 8 de novembro de 2016. Com relação a isso, o GAC manifesta profunda preocupação de que a Diretoria tenha tomado uma decisão sobre essa questão sem responder aos conselhos do GAC apresentados no Comunicado de Helsinque e, sendo assim, tenha impedido que o GAC tivesse a oportunidade de reagir. No ponto de vista do GAC, isso não está de acordo com os procedimentos estabelecidos entre o GAC e a Diretoria.

4. Proteção de nomes e acrônimos de OGI

a. O GAC aconselha a Diretoria da ICANN:

- I. Tomar medidas e se comunicar com todas as partes a fim de promover, por meio de um diálogo transparente e de boa-fé, a resolução de inconsistências pendentes entre os conselhos do GAC e as recomendações da GNSO sobre a proteção de acrônimos de OGI no DNS e o relatório de progresso no ICANN58.
- II. Que uma base inicial para a resolução de diferenças entre os conselhos do GAC e as recomendações da GNSO seria a proposta de conciliação do pequeno grupo apresentada na carta de 4 de outubro de 2016 do presidente da Diretoria da ICANN para a GNSO, a saber, de que a ICANN estabeleceria todos os itens a seguir com relação aos acrônimos de OGI no segundo nível:
 - um procedimento para notificar OGI de registros feitos por terceiros de seus acrônimos;
 - um mecanismo para a resolução de disputas baseado, porém, separado, da UDRP, que forneça, em particular, a possibilidade de recurso para um tribunal de arbitragem, em vez de cortes nacionais, em conformidade com os princípios relevantes do direito internacional;
 - e
 - um mecanismo emergencial de remediação (por exemplo, de 24 a 48 horas) de suspensão de nomes de domínio a fim de combater o risco

de dano eminente.

- III. Para promover a implementação dos conselhos citados acima, o GAC deve convidar o Grupo de Trabalho da GNSO sobre os Mecanismos de Proteção de Direitos de Reparação a considerar a proposta do pequeno grupo.
- IV. Até que essas medidas sejam implementadas, os acrônimos de OGIs na lista fornecida pelo GAC devem permanecer reservados em dois idiomas.

JUSTIFICATIVA

As OGIs realizam missões globais de serviço público, e proteger seus nomes e acrônimos no DNS é do interesse público global.

As OGIs são instituições únicas baseadas em tratados criadas por governos de acordo com o direito internacional.

A conciliação do pequeno grupo proporciona um equilíbrio razoável entre os direitos e as preocupações de OGIs e terceiros legítimos.

Os Valores Centrais e o Estatuto da ICANN indicam que as preocupações e os interesses das entidades mais afetadas,

neste caso as OGIs, devem ser levados em consideração nos processos de desenvolvimento de políticas.

5. Proteção de nomes de comitês nacionais e de identificadores da Cruz Vermelha/Crescente Vermelho/Cristal Vermelho

Tendo em vista os conselhos anteriores do GAC de proteger e confirmar a proteção permanente dos nomes e das designações da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho com base no direito internacional público e nas leis nacionais em vigor em diversas jurisdições, o GAC reconhece e recebe com satisfação a boa vontade e o entendimento renovado na Diretoria e na Comunidade de que as proteções devidas dos identificadores da Cruz Vermelha, Crescente Vermelho e Cristal Vermelho exigem uma resolução e um tratamento distintos.

a. Sendo assim, o GAC aconselha que a Diretoria da ICANN, sem mais atrasos:

- I. Solicitar ao Conselho da GNSO, com caráter de urgência, uma nova análise e revisão de suas recomendações de PDP relacionadas à proteção dos nomes e dos identificadores das respectivas organizações internacionais e nacionais da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho que não estão

consistentes com os conselhos do GAC; e no seu devido tempo.

- II. Confirmar as proteções de nomes e identificadores da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho como permanentes.

JUSTIFICATIVA

Os conselhos consistentes do GAC nessa questão são baseados nas distintas proteções legais acordadas para as palavras e os identificadores da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho conforme normas acordadas universalmente de direito internacional público e as leis em vigor em diversas jurisdições. Eles também se baseiam no interesse público global de preservar os nomes das respectivas organizações da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho contra abuso e fraude. Os termos acima constituem a motivação para a solicitação do GAC de que as recomendações do PDP anterior da GNSO que não estejam consistentes com os conselhos anteriores do GAC sejam revisadas.

O GAC gostaria de enfatizar que essa medida oferecerá um sinal claro, para a Comunidade da ICANN e para os Estados representados no Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais, do compromisso da ICANN de solucionar diferenças que surgirem entre seus grupos constituintes e fazer isso dando a consideração e a atenção devidas ao direito internacional público e aos interesses globais de políticas públicas de acordo com os regimes legais mencionados anteriormente.

6. Regiões menos favorecidas

a. O GAC aconselha a Diretoria da ICANN:

- I. Tomar a ação necessária para permitir a implementação de atividades do Grupo de Trabalho do GAC de Regiões Menos Favorecidas, incluindo, entre outras, o desenvolvimento de capacidades e a participação nos processos de políticas da ICANN.

JUSTIFICATIVA

A abordagem de múltiplas partes interessadas, que é fundamental para a ICANN, tem contribuído para um trabalho coletivo impressionante, promovendo o desenvolvimento de processos complexos técnicos e de políticas. No entanto, é importante reconhecer e ter em mente que, embora essa abordagem tenha como objetivo permitir a inclusividade e a diversidade fornecendo a todas as partes interessadas oportunidades de se pronunciar e influenciar as tomadas de

decisões da ICANN, as regiões em desenvolvimento ainda enfrentam uma série de desafios que restringem sua participação.

O GAC desenvolveu um plano de trabalho voltado para solucionar alguns desses desafios e fornecer recomendações.

7. Revisão de similaridade de cadeia de caracteres

a. O GAC aconselha a Diretoria da ICANN:

- I. A Diretoria deve aplicar as opiniões manifestadas pelo GAC na carta do presidente do GAC de 28 de setembro de 2016 para o presidente da ccNSO sobre as diretrizes propostas pelo Grupo de Trabalho do Painel de Revisão de Similaridade do Processo Estendido sobre o segundo processo de revisão de similaridade de cadeias de caracteres.

JUSTIFICATIVA

A promoção de ccTLDs de IDNs, por meio da comunidade local da Internet relevante, sempre foi apoiada pelo GAC como uma forma de tornar o Sistema de Nomes de Domínio mais inclusivo e acessível. Os problemas de possibilidade de confusão podem e devem ser abordados de maneira prática e viável.

8. Aprimoramento de cooperação e entendimento mútuos

a. O GAC aconselha a Diretoria da ICANN:

- I. Participar de comunicações aprimoradas e mais regulares com o GAC e as Organizações de Apoio com o objetivo de promover o melhor entendimento mútuo entre as partes e dos procedimentos na estrutura da ICANN.
- II. Participar de comunicações aprimoradas e mais regulares com o GAC com o objetivo de promover o entendimento mútuo da natureza e dos propósitos dos conselhos do GAC sobre questões de políticas públicas e do direito internacional e leis nacionais relacionadas, bem como com o objetivo de entender melhor as expectativas do GAC e as deliberações da Diretoria relacionadas à implementação dos conselhos do GAC.

- III. Tornar regular a prática de agendar uma reunião pós-Comunicado entre a Diretoria e o GAC para garantir o entendimento mútuo de suas disposições, seja no encontro relevante da ICANN ou em uma teleconferência quatro semanas após a emissão de um Comunicado.
- IV. Considerar a publicação de resoluções preliminares antes das reuniões da Diretoria.

JUSTIFICATIVA

Na primeira teleconferência pós-Comunicado entre a Diretoria e o GAC em 20 de julho de 2016, o GAC percebeu que essa interação contribui para um entendimento compartilhado das disposições dos conselhos emitidos. Essa maior interação parece ter ajudado a Diretoria a compreender melhor as intenções e as expectativas do GAC ao emitir conselhos, e ajudou o GAC a compreender melhor as deliberações da Diretoria ao analisar e processar os conselhos do GAC.

Além disso, para promover a transparência, o GAC acredita que ela possa ser útil para uma interação eficiente entre as partes interessadas se o conteúdo da resolução preliminar da Diretoria for disponibilizado antes de sua adoção.

VIII. Próximo encontro

O GAC se reunirá durante o ICANN58 em Copenhague, na Dinamarca, nos dias 11 a 16 de março de 2017.

ANEXO 1 AO COMUNICADO DO GAC EM HYDERABAD

Perguntas para a Diretoria da ICANN sobre a mitigação de abuso no DNS pela ICANN e partes contratadas

I. Implementação das disposições do RAA de 2013 e do Credenciamento de Registradores

1. Especificação do Programa de Precisão do WHOIS – Requisito de Validação Cruzada
O que é o status de implementação da Especificação⁵, Seção 1 (e) do Programa de Precisão de WHOIS no RAA de 2013 que estabelece que os Registradores deverão “*validar se todos os campos de endereço postal estão consistentes em todos os campos (por exemplo, se a rua existe na cidade, se a cidade existe no estado/província, se a cidade corresponde ao código postal) em que essas informações são técnica e comercialmente viáveis para o território ou país aplicável*”?

⁵ <https://www.icann.org/resources/pages/approved-with-specs-2013-09-17-en#whois-accuracy>

Especificamente, a ICANN deverá fornecer:

- a. Informações detalhadas sobre o que os registradores e a ICANN fizeram para atender a esse requisito do RAA até o momento;
 - b. Um cronograma com datas e marcos específicos, incluindo uma data de encerramento estimada para a implementação completa desse requisito;
 - c. Informações detalhadas sobre o software de validação entre campos, abordagens etc. que foram consideradas, incluindo os dados de apoio e pesquisa;
 - d. Informações detalhadas sobre as preocupações dos registradores sobre por que certas opções não são técnica e comercialmente viáveis, incluindo dados de apoio e pesquisa; e
 - e. Atuais propostas para a validação entre campos (publicadas no momento em que elas forem compartilhadas com qualquer registrador).
2. Fiscalização pela ICANN dos Requisitos de Verificação, Validação e Precisão de WHOIS De acordo com a Especificação de WHOIS do RAA de 2013, como a ICANN fiscaliza todas as obrigações contratuais de registradores quanto à verificação, à validação e à precisão do WHOIS? Forneça exemplos que demonstrem como a ICANN está fiscalizando cada uma dessas obrigações contratuais?
 3. Verificações pela ICANN com relação ao dever dos registradores de investigar relatórios de abuso
Qual é o padrão de verificações aplicados pela ICANN nos registradores quanto à obrigação dos registradores de responder a relatórios de abuso de acordo com a Seção 3.18 do RAA de 2013?
 4. Trabalho de conscientização pela ICANN das obrigações de registradores:
Que trabalhos são realizados pela ICANN para garantir que os registradores tenham conhecimento e estejam cientes de suas obrigações contratuais? De acordo com a Seção 3.13 do RAA de 2013, a ICANN pode fornecer detalhes de treinamento exigido, por exemplo:
 - a. Há um programa de treinamento da ICANN com informações e links correspondentes?
 - b. Com que frequência esse treinamento é fornecido?
 - c. Outros detalhes do programa de treinamento?

5. Exame de solicitações de credenciamento de registradores

A ICANN tem uma lista de critérios para o credenciamento de registradores⁶. Explique como esses critérios foram colocados em prática e fiscalizados?

Especificamente:

- a. Como a ICANN verifica as informações fornecidas nas solicitações de credenciamento de registradores? Quais bancos de dados, verificações de registros etc. são usados?
- b. Quantas solicitações a ICANN já recebeu desde o início do novo processo? Dentre elas, quantas solicitações foram rejeitadas e por quê?
- c. Quanto tempo leva para a ICANN avaliar cada solicitação?
- d. Quais são os custos financeiros associados ao processamento de cada solicitação, incluindo os custos de verificação?

II. Implementação do Guia do Solicitante de Novos gTLDs e do Contrato de Registro

1. Exame de solicitações de credenciamento de registros

O Guia do Solicitante de Novos gTLDs⁷ (v. 2012-06-04), Módulo 1, Seção 1.2.1, Elegibilidade, declara que “a ICANN fará uma avaliação de histórico em apenas duas áreas: (1) *exame geral dos negócios e antecedentes criminais*; e (2) *histórico de comportamento de ciberespeculação (cybersquatting)*”. Como a ICANN monitora, fiscaliza e/ou verifica a conformidade contínua com a Seção 1.2.1?

2. Verificações de segurança, Especificação 11, Seção 3(b)

- a. A ICANN coleta e/ou analisa esses relatórios estatísticos ou verifica de alguma maneira se os Compromissos de Interesse Público estão sendo atendidos?
- b. A ICANN está realizando algum tipo de pesquisa independente que permita a ela obter métricas e gerar estatísticas relacionadas à concentração de nomes de domínio maliciosos por registrador/registo e qual é a tendência disso em um determinado período?
- c. Se a ICANN estiver realizando essa pesquisa, forneça uma breve explicação de como a análise é realizada e quais ações específicas são tomadas pela ICANN em resposta aos resultados indicados pelos dados.
- d. Se a ICANN NÃO estiver realizando essa pesquisa, explique por que não. Para fins de transparência, o GAC solicita um relatório contendo essas estatísticas e resumos de ações realizadas em resposta às ameaças à segurança identificadas acima.
- e. O GAC gostaria de lembrar à ICANN que a lista de Ameaças à Segurança nas Proteções de Novos gTLDs não deve ser considerada como exaustiva. Na verdade, a Proteção de Verificações de Segurança aplicável a todos os Novos gTLDs se refere a “*ameaças à segurança, como phishing, pharming, malware e botnets*” (sublinhado adicionado), o que não exclui outras ameaças relevantes. Descreva quais análises e relatórios são realizados com relação a outras ameaças relevantes não listadas acima, incluindo spam?

⁶ <https://www.icann.org/resources/pages/application-2012-02-25-en>

⁷ <https://newgtlds.icann.org/en/applicants/agb>

3. Trabalho de conscientização pela ICANN das obrigações de registros:

Que trabalhos são realizados pela ICANN para garantir que os registros tenham conhecimento e estejam cientes de suas obrigações contratuais? Há um programa de treinamento da ICANN com informações e links correspondentes?

III. **Investigação de Abuso do DNS, desempenho de mitigação e geração de relatórios**

1. Investigações de abuso, pesquisas e relatórios

Os programas de IS-SSR da ICANN são recursos internos que podem ser utilizados para fins de fiscalização contratual. Além dos programas de IS-SSR da ICANN, existem vários relatórios que combatem o abuso disponíveis publicamente que podem ser usados para ajudar a ICANN a fiscalizar as obrigações contratuais com o gTLDs de registros e registradores⁸.

- a) A equipe de Conformidade Contratual da ICANN está ciente desses relatórios de abuso disponíveis publicamente?
 - i. Em caso afirmativo, a ICANN os utiliza para ajudar na fiscalização dos contratos?
 - ii. Se a ICANN utiliza esses relatórios de abuso disponíveis publicamente para fins de fiscalização contratual, de que maneira os relatórios são utilizados?
 - iii. Identifique quais relatórios ou fontes são utilizados pela ICANN?
 - iv. Se a ICANN *não* utiliza esses relatórios para fins de fiscalização contratual, há algum motivo para não usá-los? Há planos ou a disposição de utilizá-los no futuro?
- b) A ICANN tem alguma intenção de utilizar seus programas de IS-SSR para fins de fiscalização contratual?
 - i. Se sim, como?
 - ii. Caso contrário, por que não?
 - iii. Os programas de IS-SSR da ICANN foram considerados para estabelecer uma base para o bom comportamento de registros e registradores? Em caso afirmativo, apresente detalhes.

⁸ http://www.domaintools.com/content/The_DomainTools_Report_Distribution_Malicious_Domain.pdf e <https://www.spamhaus.org/statistics/registrars/>

2. Geração de relatórios de abuso em várias jurisdições

O antigo diretor de conformidade contratual da ICANN, Allan Grogan, publicou uma postagem em blog em 1 de outubro de 2015 intitulada “*Update on Steps to Combat Abuse and Illegal Activity*” (“*Atualização sobre as etapas para combater abuso e atividade ilegal*”⁹). Nessa postagem, Grogan indica que os reclamantes identificam a lei/regulamento violado e a jurisdição aplicável. Muitos ataques cibernéticos/malware/botnets afetam vários TLDs espalhadas em diversas jurisdições internacionais.

- a) Esclareça quais procedimentos deverão ser seguidos quando um reclamante quiser enviar relatórios válidos de abuso para registradores que envolvam incidentes em várias jurisdições?
- b) Em particular, o que a ICANN exige dos reclamantes para identificar essas leis/regulamentos nas jurisdições de cada registrador afetado?

⁹ <https://www.icann.org/news/blog/update-on-steps-to-combat-abuse-and-illegal-activity>